

Ashjan Sadique Adi
Fábio Bacila Sahd
(Orgs.)

ORIENTE MÉDIO E PALESTINA PESQUISADOS A
PARTIR DO BRASIL: REFLEXÕES ACADÊMICAS,
MARGINAIS E CRÍTICAS

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações

2020



NAVEGANDO

A PALESTINA É UMA SÓ: IM/POSSIBILIDADE DE TRÂNSITO E EXPERIÊNCIAS DA CARTOGRAFIA A PARTIR DE MÚSICOS NA PALESTINA^{*1}

Rafael Gustavo de Oliveira²

Introdução

الدخل المحتل (Al-Dakhel al muhttal)³. Em uma tradução livre para o português, “o interno ocupado” talvez seja uma das expressões mais usadas entre palestinos para se referir ao espaço de “dentro”. Mas o que define “dentro e fora” na conjuntura social e política da Palestina? Neste artigo abordarei questões relacionadas à im/possibilidade de trânsito a partir de músicos na Palestina como um “todo”, lançando mão de categorias nativas palestinas relacionadas à territorialidade e expressões identitárias. Pretendo demonstrar com isso que “Palestina” é algo que está muito além, para os palestinos, dos TPO (Territórios Palestinos Ocupados)⁴.

*DOI - 10.29388/978-65-81417-18-5-0-f.91-108

¹ Este capítulo é parte de reflexões relacionadas à pesquisa de Doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Paraná (em curso). O texto aqui apresentado é constituído por observações construídas após trabalho de campo de aproximadamente dois anos, na Palestina.

² Doutorando em antropologia pela UFPR (Universidade Federal do Paraná). Mestre em Antropologia pela UFPR. Graduado em Composição e Regência pela EMBAP (Escola de Música e Belas Artes do Paraná).

³ Em uma tradução livre do árabe para o inglês (idioma usado entre mim e meus interlocutores), *internal occupied*.

⁴ Embora este capítulo vise desconstruir a ideia de uma Palestina restrita territorialmente apenas aos TPO, esclareço ao leitor que, neste texto, o termo se refere à Cisjordânia e Faixa de Gaza. Entendo ser necessária esta explanação, uma vez que a Faixa de Gaza, desde o ano de 2005, não se encontra ocupada militarmente, embora sofra claro bloqueio imposto pelo Estado de Israel. O termo TPO, neste sentido, podem ser eventualmente usado para se referir apenas à Cisjordânia, o que não é o caso para este trabalho.

Para tanto, afirmo que para se pensar a Palestina à luz da antropologia, se faz necessária a dissolução da rigidez cartográfica da região, privilegiando expressões palestinas locais de etnicidade e territorialidade, enquanto pontos que se interconstituem. Deste modo, para que se possa ter uma melhor compreensão da im/possibilidade de trânsito de sujeitos palestinos (e estrangeiros) entre diferentes espaços, é necessário compreender, a partir de categorias nativas de territorialidade e expressões identitárias, a Palestina enquanto “um só espaço”. Como apontarei ao longo do texto, argumento que o binômio “Palestina vs Israel”, enquanto espaços territoriais distintos (comumente usado seja nas esferas acadêmicas, jornalísticas, entre outras), termina por se relacionar mais com uma compreensão geopolítica e “externa” ao referido contexto do que às expressões locais, como observadas nas práticas, dinâmicas e narrativas cotidianas. Este binômio, assim, se mostra insuficiente para a compreensão tanto das expressões e categorias nativas de etnicidade e territorialidade, como para a compreensão da im/possibilidade de trânsito entre diferentes espaços.

Antes de dar continuidade, gostaria de esclarecer ao leitor que, em função de meu recente retorno ao Brasil à data em que escrevo estas linhas, darei um maior enfoque a uma perspectiva etnográfica. Isso se deve ao fato de que, embora a teoria permeie o texto, dou privilégio às análises que partem da compreensão de categorias nativas. Entendo, pessoalmente, que esta é a via necessária para lograr uma maior clareza de meus argumentos, já que, em certo sentido, vou na “contramão” de usos mais ou menos comuns de certas terminologias – principalmente às que, quando referentes à Palestina, se relacionam com espaço, território e expressões identitárias. Tenho entendido que apenas dando lugar às maneiras como os próprios palestinos expressam e articulam categorias de territorialidade e identidade é que se pode, nesta perspectiva, compreender melhor estes termos, suas expressões e usos locais.

Vou para 48, vou para dentro!

Regresso ao Brasil em meados de 2018, ao final de dois anos de trabalho de campo na Palestina, que começaram a se somar ainda em 2014, quando fui realizar minha pesquisa de Mestrado. À época cursei uma disciplina chamada *The Palestinian Question*, de um programa da Universidade de Birzeit chamado PAS (*Palestinian and Arabic Studies*). Este curso de um semestre letivo acaba sendo a “porta de entrada” para muitos estrangeiros que, pelas razões mais diversas, constroem a Palestina enquanto um “lar”, seja provisório ou fixando residência posteriormente (como foi meu caso, por um certo período de tempo)⁵.

Minha pesquisa de mestrado terminou por se construir a partir da compreensão dos usos políticos de práticas e produções musicais palestinas, e foi neste processo que me dei conta da impossibilidade de se pensar “música (na) Palestina” referindo-se apenas àquelas provenientes dos TPO. Nesta mesma via, por conseguinte, passei a considerar a impossibilidade de se pensar a própria Palestina enquanto um espaço restrito apenas à Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Estas reflexões começaram em um balcão de um bar chamado *La Grotta*, na cidade de Ramallah, ainda em 2014, quando um rapper me fez a seguinte pergunta: “você está falando com músicos de 48 também?”. Esta afirmação, a primeira de uma infinidade de seus usos que seguiram, me deixou desconsertado, posto que jamais havia escutado nada parecido.

⁵ A ideia de “lar” apresenta sua construção ao passo que palestinos e estrangeiros (nesta inter-relação) se referem à Palestina como “*home*” ou “*second home*”. Christopher Harker (2009) trabalhou com im/mobilidade entre estudantes palestinos da BZU (Birzeit University), afirmando que um de seus interesses iniciais se concentrava na compreensão da construção de “casa” para os estudantes em suas habitações, embora estes sejam vindos de outras cidades ou vilas. Em suas palavras: *While I was interested in how students who rented accommodation in the village (Birzeit)* made these spaces more „homely“, I was repeatedly told that their homes were elsewhere* (HARKER, 2009, p.3). Embora o escritor tenha se debruçado sobre a ideia de “homely” entre estudantes palestinos, afirmo que o mesmo é observado entre estudantes estrangeiros, ainda que sua estadia seja restrita a poucos meses. *Grifo meu.

Embora sua explicação tenha sido satisfatória, foi aos poucos que compreendi o termo 48 enquanto uma categoria nativa que se refere a um “terceiro espaço”, que não a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Este termo, ao lado de “*inside*”, “*north*”, se refere a um espaço palestino que é também reconhecido comumente como pertencente ao Estado de Israel, nas fronteiras de 1967. Em palavras mais simples, estas terminologias tomam o lugar de “Israel”, já que, neste sentido, “a Palestina é uma só”.

A expressão “48” não é de forma alguma aleatória, já que se refere ao ano de 1948, quando ocorre a *Nakbah*. Assim, os episódios ocorridos em 1948 causaram no Oriente Médio mudanças bastante importantes e significativas (OLIVEIRA, 2015, p. 122), eventos estes que informam até hoje as ações sociais dos sujeitos que de uma forma ou de outra se relacionam com a região (SCHIOCCHET, 2011, p. 62). Em geral, palestinos nascidos neste espaço são referidos como “palestinos de 48”. Em outros termos, é comum encontrarmos referência a este mesmo grupo de pessoas como “árabes-israelenses”, ou mesmo “palestinos-israelenses”. Aqui, então, torna-se de suma importância esclarecer que categorias espaciais como “Israel” não deixam de existir, já que são também usadas por palestinos em geral. No entanto, 48 pode ser tomada como categoria de tempo que ganha novos significados, a saber, identitários e territoriais.

É a partir deste prisma que proponho pensar o fluxo de sujeitos por/entre estes diferentes espaços – Faixa de Gaza, 48 e Cisjordânia, já que palestinos (e também israelenses, como no caso do exército e dos colonos na Cisjordânia) transitam entre estes espaços diariamente. É também através desta perspectiva que proponho pensar a Palestina não apenas pelas divisões de uma cartografia mais ou menos rígida, mas sim a partir de uma Palestina “única” que se constrói através de experiências cartográficas. De todo modo, é importante notar que é a partir do ano de 1948, com o surgimento do Estado de Israel e, posteriormente no ano de 1967 com a Guerra dos Seis Dias, que novas con-

figurações cartográficas se apresentam na região. Ou seja, é justamente com a divisão cartográfica imposta sobre a Palestina pelo surgimento e expansão do Estado de Israel que novas categorias de espaço e identidade são criadas e significadas.

É com esta afirmação que reitero minha posição de que pensar a Palestina por uma perspectiva unicamente cartográfica, em que os TPO estão de um “lado” e “Israel de outro” é bastante insuficiente, já que termina muitas vezes por desconsiderar categorias nativas de territorialidade e identidade. Por este motivo entendo também a importância do trabalho etnográfico *in loco* na Palestina. Veena-Das (2008) ao pensar as margens do Estado, afirma que; *la etnografía ofrece una perspectiva única del tipo de prácticas que parecen deshacer al estado en sus márgenes territoriales y conceptuales* (DAS, 2008, p. 20). Estando de acordo com a autora, e fazendo um certo “jogo” com suas palavras, me permito afirmar também que, além de ser possível a observação de práticas que parecem desfazer o estado em suas margens territoriais e conceituais, é também possível observar práticas que parecem desfazer os territórios, para além de delimitações geográficas delimitadas pela existência de um Estado. Para o caso da Palestina, é possível observar que expressões de territorialidade não se delimitam por configurações cartográficas e mapas, a despeito de imposições do Estado de Israel. Aqui, em vez de pensar as margens do Estado como proposto por Veena Das, tento demonstrar como palestinos de maneira geral desconstroem estas margens geográficas através do uso de categorias como “48, *inside, north*”. Desta forma, embora “Israel” seja um termo também componente das narrativas cotidianas locais, este não se mostra como algo “dado” e “rígido”, mas sim como algo bastante fluido, complexo e que se desfaz quando dá lugar à “Palestina toda”.

Deste modo, esclareço que, neste texto, evidenciando e privilegiando as categorias nativas, usarei o termo “48” para me referir a este espaço. Faço isso não por desconsiderar a pluralidade dos usos e acionamentos contextuais destas categorias, mas sim para proporcionar ao

leitor uma maior familiaridade com estes usos, uma vez que são componentes de narrativas e dinâmicas cotidianas.

Na contramão da “regra”

Por esta razão resolvi trabalhar com a ideia de “música palestina” enquanto práticas e produções que se constroem na convergência de sujeitos palestinos provenientes destes diferentes espaços. Acrescento, de todo modo, que isto está longe de ser uma afirmação pessoal minha, mas esclareço que esta foi e é a maneira como “música palestina” se apresenta em meu campo. Por esta perspectiva, acabo indo na contramão de trabalhos que antecederam o meu, como os de David A. McDonald (2013) e Mark Levine (2008). Ambos discorreram sobre práticas e produções musicais na Palestina, contudo, reificando o binômio “Palestina x Israel”, os tomando como estanques. O primeiro, intitulado *My Voice Is My Weapon: Music Nationalism and the Poetics of Palestinian Resistance*, de David A. McDonald, conta com um capítulo intitulado *New Directions and New Modalities: Palestinian Hip-Hop in Israel*, onde o termo *Palestinian Israeli* aparece com frequência. O segundo, intitulado *Heavy Metal Islam: Rock, Resistance, And The Struggle For The Soul Of Islam*, de Mark Levine, conta com um capítulo intitulado *Israel / Palestine: Hard Music in an Orphaned Land*. Neste trecho do livro o autor explica o uso de seus termos da seguinte maneira: *I use “Palestinian Israelis” to refer to Palestinian citizens of Israel, and “Palestinians” to refer to Palestinians living in the West Bank, Gaza and the Diaspora* (LEVINE, 2008, p. 106). Este tipo de referência é bastante comum em trabalhos acadêmicos em geral, uma vez que esta compreensão espacial/identitária é possível (sendo também usada por palestinos). No entanto, o que tenho observado é uma predominância destas terminologias em trabalhos acadêmicos sobre a Palestina, e um forte ofuscamento de categorias nativas de territorialidade e expressões identitárias.

ESNCM – Edward Said National Conservatory of Music e os vistos

Durante minha última estadia, já para pesquisa de doutorado, também trabalhei como professor de violão clássico, por um ano, em três instituições diferentes, sendo estas; *Yamaha School of Music*, *Al Kamandjati* e *Edward Said National Conservatory of Music*. As aulas da escola Yamaha aconteciam em sua sede de Ramallah, onde residi por aproximadamente um ano e meio, entre os anos de 2017 e 2018. As aulas do conservatório *Al Kamandjati* eram ministradas tanto na cidade de Ramallah como também em Jenin (ao norte da Cisjordânia)⁶. O conservatório nacional Edward Said, por sua vez, tem sedes nas cidades de Ramallah, Nablus, Belém e Jerusalém. No presente trabalho darei maior enfoque ao último, já que lecionei na filial de Jerusalém, o que terminou por me proporcionar uma inserção maior nos trânsitos entre diferentes espaços e as dificuldades que os compõem.

Antes de dar continuidade, julgo necessária uma breve explicação sobre pontos importantes relacionados com documentação e mobilidade. Grosso modo, palestinos de 48 (sejam estes portadores de cidadania israelense – os *Blue IDs*⁷ –, sejam de Jerusalém) têm permissão para transitar entre dois espaços; Cisjordânia e 48. Na outra mão, os palestinos da Cisjordânia – *Green IDs* – e da Faixa de Gaza, não gozam dos mesmos direitos, dependendo de autorizações israelenses que, por sua vez, são constantemente negadas. No entanto, o fluxo de sujeitos entre estes dois espaços é constante e cotidiano, se relacionando com motivações como trabalho, estudo, visitas a familiares, saúde

⁶ A escola Yamaha também conta com uma sede em Tel Aviv. O conservatório Al Kamandjati conta com sede em Ramalla e Jenin, operando também com aulas de música e concertos em campos de refugiados, Jerusalém e no Líbano. Pessoalmente ministrei aulas apenas em Ramallah e Jenin.

⁷ Estas denominações também são usadas enquanto categorias identitárias, uma vez que “ser” tanto *Green ID* quanto *Blue ID* é uma possibilidade. Estes termos se relacionam com a cor da “capa protetora” dos documentos que, quando israelenses são azuis e quando confeccionadas pela Autoridade Palestina são verdes.

(visitas a hospitais), viagens, entre outras. A passagem é feita por *checkpoints* que, de modo geral, são também “separados” entre os usados por palestinos e os usados por israelenses (majoritariamente colonos). Estes checkpoints, em sua maioria (referindo-me aos usados por palestinos) são compostos por grandes estruturas que contam com um forte efetivo militar, além de catracas, corredores de barras de metal, detectores de metal, esteiras raio-x (como as usadas em aeroportos), guichês com vidros blindados. Em meu cotidiano costumava cruzar dois, em especial, com bastante frequência quando fazia o trânsito de ônibus ou a pé; o *checkpoint* de Qalandia (entre Ramallah e Jerusalém) e o 300 (entre Belém e Jerusalém). Ambos são usados (e destinados para) apenas palestinos, sejam estes de 48 ou da Cisjordânia. Um terceiro, usado em situações específicas, era o *checkpoint* de Hizma, por onde passam apenas veículos (não há a mesma estrutura de controle para cruzamentos a pé). Este é destinado aos colonos israelenses e palestinos com documentos de Jerusalém ou *Blue IDs*, não sendo possível a passagem para palestinos da Cisjordânia, ainda que detentores de permissões.

Estes locais são usados também por estrangeiros, sejam estes turistas ou residentes. De modo geral, qualquer estrangeiro que porte um visto israelense tem permissão para transitar entre diferentes espaços usando qualquer *checkpoint*. No entanto, as políticas israelenses de confecção de vistos têm se mostrado cada vez mais restritivas⁸. Durante minha estadia me encontrei em quatro “situações de visto” distintas, sendo o primeiro visto um visto de três meses, de turista, que

⁸ Durante minha estadia, me acordo de um sem número de estrangeiros com problemas de documentação e visto. Isto não se deve a qualquer relapso, em geral, mas sim aos entraves, muitas vezes sem justificativa alguma, impostos pelo Estado israelense. Além disso, desde meu retorno ao Brasil até o momento em que escrevo estas linhas, tive conhecimento de aproximadamente cinco pessoas próximas a mim em campo que, ou foram deportadas ao terem sua entrada negada no país (em viagens de férias ou quaisquer outros motivos) ainda que portadores de vistos válidos, ou tomaram conhecimento de seu futuro banimento no momento de sua saída. Estas práticas restritivas têm se agravado consideravelmente nos últimos anos e, em especial desde meados de 2017.

adquiri na minha chegada através da Jordânia (cruzando para a Cisjordânia pela chamada *Alenby Bridge*). Foi pouco antes deste visto expirar que, já através do conservatório, foi solicitada uma extensão do período de permanência em um processo que envolveu o ESNM, o Ministério do Interior da Autoridade Palestina e o COGAT.⁹ Deste processo nada foi conseguido, uma vez que as autoridades israelenses jamais responderam ou, ao que parece, deram seguimento à solicitação. Isto me colocou em uma situação bastante delicada, enquanto professor do conservatório, já que precisava cruzar para Jerusalém aos domingos para dar aulas. Ficando por aproximadamente cinco a seis meses sem qualquer visto e/ou resposta, me foi sugerido que entrasse em contato diretamente com Bet El¹⁰, o que terminou por regularizar minha situação. Assim, apenas após aproximadamente meio ano tive a possibilidade de transitar legalmente para Jerusalém. Entretanto, me vi novamente em uma situação um tanto complicada quando, ao final deste último visto (multi-entrada com duração de um ano) me foi dado um terceiro, que inicialmente se assemelhava ao anterior, porém, com um carimbo que restringia minha permanência apenas à Cisjordânia (o chamado *Judea and Samaria Permit*)¹¹.

Estratégias na falta de mobilidade

Estas situações de visto (turista, “sem visto”, *full* e restrito) terminaram por me fazer acionar uma série bastante variada de estraté-

⁹ Órgão militar israelense responsável pelos “territórios” (a Cisjordânia ou TPO). Este tem sua sede em um assentamento israelense conhecido como Bet El, que se encontra ao lado da cidade de Ramallah / Al-Bireh. É em Bet El que se confeccionam as permissões para palestinos, documentações para colonos israelenses e vistos para estrangeiros.

¹⁰ Ver nota acima.

¹¹ Judea e Samaria é o termo usado pelo Estado de Israel para se referir à Cisjordânia (os TPO). Embora este trabalho seja constituído de reflexões a partir de palestinos e suas categorias, esta expressão israelense apenas endossa meu argumento de que a rigidez das cartografias não se mostra suficiente para compreender expressões locais de identidade e territorialidade.

gias para o cruzamento de *checkpoints* de acordo com cada uma. Não explicitarei estas estratégias por razões de precaução, muito embora estas sejam mais ou menos comuns e conhecidas, tanto para palestinos como para israelenses¹². No entanto, o que pretendo apontar neste momento não é o cotidiano de cruzamento dos *checkpoints*, mas sim as estratégias acionadas para a resolução de eventuais problemas na falta de possibilidade de cruzamento. Explico.

Minhas aulas eram ministradas aos domingos, começando às 12:00 horas e terminando às 18:00. Desta forma, tinha que me arrumar e me organizar para sair de casa, no centro de Ramallah, por volta das 10:00 da manhã. Embora as duas cidades estejam bastante próximas, eu costumava fazer o trajeto de ônibus, passando pelo *checkpoint* de Qalandia. Este percurso todo levava, em média uma hora e quarenta minutos, aproximadamente. Não raras eram as vezes, no entanto, em que a passagem do ônibus era fechada pelos soldados israelenses ou minha ida se tornava impossível pela falta de autorização, visto ou demais possibilidades. Em geral, meus alunos costumavam me expressar coisas como “qual parte da Palestina você gosta mais, Ramallah ou Jerusalém?”, “Nós, aqui na Palestina, vivemos uma situação difícil”, “é difícil viver sob ocupação tanto aqui quanto lá”, entre outras. De todo modo, salvo raras exceções, “Palestina” é a categoria usada para se referir àquele espaço (48). A variação nos usos dos termos, no entanto, pode se apresentar de acordo com a localidade onde estes são proferidos. Grosso modo, 48, *inside*, entre outras, são mais observadas na Cisjordânia, para se referir à “outra parte da Palestina”. Em contrapartida, uma vez estando em 48, se está “na Palestina”.

¹² Isto demonstra uma fluidez considerável destes pórticos de passagem. Para Van Genep (2011), a fronteira, linha ideal traçada entre marcos ou postos, só é visível nos mapas, exageradamente (GENNEP, 2011, p33). Cruzar de um “lado ao outro”, neste sentido, implica cruzar postos de controle que visam distinguir diferentes espaços. Gostaria de discorrer mais sobre este ponto, mas comento brevemente que estes pórticos também podem ser entendidos com “o lugar” em si, já que apresentam dinâmicas bastante próprias. De todo modo, embora o controle militar israelense seja por vezes claramente excessivo, é observável uma série de “brechas”, que proporcionam um fluxo de sujeitos que vai além das autorizações e documentos.

O conservatório nacional, assim, é composto por alunos palestinos e professores palestinos e estrangeiros. Enquanto uma instituição palestina (cujo nome leva o termo “nacional”) com sede em diferentes locais por “toda a Palestina”, esta buscava organizar seus eventos na Cisjordânia. Isto se deve ao fato de que os alunos, pais e professores de Jerusalém e 48 em geral desfrutam da possibilidade de trânsito até a Cisjordânia, enquanto o oposto não é verdadeiro. Organizar eventos que sejam capazes de reunir os corpos discente e docente do conservatório em Jerusalém demandaria a solicitação de um sem número de autorizações, que podem ser ou não concedidas (e são constantemente negadas), demorar menos ou mais, ser concedida para uns e para outros não, dentre uma enorme gama de complicações. Isto faria com que fosse praticamente impossível organizar eventos com datas prévias em 48, uma vez que a chance de terem as permissões negadas é grande.

No mesmo sentido, no final de meu contrato com o ESNM eu já contava com um visto que restringia minha permanência à Cisjordânia, fazendo com que fosse praticamente impossível dar continuidade às aulas. A solução encontrada, então, foi trazer os alunos de Jerusalém até Ramallah, já que estes poderiam cruzar sem maiores problemas. Ainda, durante os períodos de apresentações, concertos, ensaios, é bastante comum que os alunos da sede de Jerusalém se desloquem até as outras sedes do conservatório. Uma vez que os *Green IDs* não podem “entrar”, os palestinos *Blue IDs* se deslocam até os primeiros, possibilitando, apenas assim, a prática de ensaios e apresentações do conservatório nacional.

Importante observar que, mesmo a despeito do reconhecimento da comunidade internacional de divisões cartográficas (referentes ao binômio “Palestina x Israel”), esta distinção raramente ocorreu entre os alunos do conservatório, já que, neste sentido, majoritariamente – fazendo uso de suas expressões – todos são palestinos e vivem em diferentes partes da Palestina. Isto acontece não apenas com o conserva-

tório, mas também com eventos de música em geral, principalmente quando invocam expressões de nacionalidade, ou seja, festivais palestinos como o PMX (sigla para *Palestine Music Expo*) que teve sua primeira edição em 2017, e segunda em 2018.

Este evento, cuja pretensão é de que se realize anualmente, reúne músicos palestinos de diversos lugares da Palestina. Estes músicos vêm de Haifa, Jerusalém, Jericó, Nazaré, Ramallah, dentre diversas outras localidades. No entanto, problemas aconteceram com bandas de Gaza, que tiveram suas permissões negadas e não puderam apresentar suas performances no evento, que aconteceu em Ramallah (para, como já dito acima, facilitar o encontro de palestinos em função das diferentes possibilidades de trânsito). Esta banda, então, gravou um *vídeo clip* que foi apresentado no horário em que deveria tocar no palco.

Sobre este evento, o website *Palestine Chronicle* publicou um anúncio no dia 7 de março de 2018, com os seguintes dizeres:

The Second Palestine Music Expo to Be Held in Ramallah Next Month

Artists from all over Palestine will take part in the Palestine Music Expo 2018, taking place in Ramallah next month, from April 11 to April 13. The Expo will showcase both established and upcoming Palestinian artists to local audiences and key members of the international music industry. Due to the current political conditions, Palestinian artists are struggling to establish their presence on the international music scene. The PMX aims at challenging the occupation and empowering artists who do not usually have a voice. This will be the second edition of an ambitious event, which aims to bring Palestinian music to the attention of an international audience.

A afirmação contida na primeira linha da divulgação era algo comum de se escutar, inclusive por parte de alguns organizadores com quem tive contato mais frequente. Alguns músicos, outros não, mas pessoas que compuseram meu cotidiano de várias maneiras e sempre reforçavam a ideia de que os músicos viriam de “toda a Palestina”.

***Iftar*: uma visita no Ramadã**

Todos os anos presenciamos a celebração do Ramadã entre as comunidades muçulmanas ao redor do globo. A Palestina, onde o Islã é predominante, não foge à regra. Na Palestina, como em outros lugares onde muçulmanos se façam presentes, este é um período onde o jejum se torna algo central nas práticas cotidianas. Desde a primeira *azan*¹³ do dia, que nos últimos dois anos aconteceu por volta das 4:30 da madrugada, até a primeira ao cair do sol, por volta das 19:30 da noite, acontece o jejum. Durante este período, muçulmanos e praticantes do Ramadã em geral (era comum observar estrangeiros e não muçulmanos jejuando) não comem, não bebem água, fumam, não mantêm práticas sexuais, entre outras privações. O jejum é quebrado, no entanto ao anúncio da *azan* ao cair do sol, onde famílias, amigos e grupos em geral se reúnem para o dejejum, chamado em árabe de *iftar*¹⁴. Estas práticas não compõem uma regra geral, já que cristãos e não religiosos (ou mesmo muçulmanos não praticantes do Ramadã) não jejuam. Contudo, há um consenso mais ou menos comum em relação a não exercer estas práticas (beber água, comer ou fumar) em público (ruas, sacadas, estabelecimentos públicos, etc.).

Com relação a mim, pratiquei o jejum em apenas duas ocasiões, em dois dias (e anos) distintos. A primeira vez, em 2017, não comi ou bebi água durante todo o dia, salvo um pequeno gole pela manhã,

¹³ *Azan* é o nome dado às chamadas para as orações, que ecoam dos sistemas de som das mesquitas. Durante o mês do Ramadã estas podem ter maior duração, dependendo do horário. São as *azans* que anunciam o horário de início e fim do jejum diário.

¹⁴ A água é um componente importante de socialização na *azan* do pôr do sol. Apenas para uma breve ilustração, comento que em várias oportunidades estive em algum *service* (vans de transporte público) no horário em que as mesquitas, através também de transmissão nas rádios, anunciam a quebra do jejum. Neste momento, em diversas ocasiões os passageiros abrem suas garrafas de água (que carregavam por horas) e bebem seu primeiro gole. A socialização acontece quando se percebe que alguém não tem a água para beber, o que faz com que a garrafa circule sem muitos “rodeios”.

para ingestão de meus remédios que precisei tomar, o que é resguardado pelo Islã¹⁵. A segunda ocasião, no entanto, se relaciona diretamente com o tema deste texto. Ao final de meus trabalhos com o conservatório, e pouco antes de meu retorno ao Brasil, uma de minhas alunas (uma adolescente, com quem criei uma excelente relação, e também uma das que se deslocou para receber aulas em Ramallah) me escreveu informando que seus pais, em agradecimento aos trabalhos enquanto professor e pelo bom desempenho de sua filha, gostariam de me convidar para um *iftar*, evento que é dotado de considerável importância. Tomado pela gratidão, prontamente agradei e aceitei o convite, fazendo, contudo, uma observação; eu não poderia me fazer presente na data escolhida, posto que meu visto já não me autorizava a cruzar para Jerusalém. Foi então que, após cerca de dois ou três dias, ela volta a me escrever, dizendo que “o problema estava resolvido!”. Seus pais haviam feito uma reserva para o *iftar* no Grand Park Hotel, um dos hotéis mais bem conceituados de Ramallah. Neste dia jejei, bebendo apenas um pouco de água. O fiz enquanto um gesto individual de gratidão pela iniciativa e esforço pelo deslocamento da família de Jerusalém até Ramallah, em função apenas desta ocasião.

No jantar fui presenteado com um adereço de parede, feito à mão, com a inscrição “Jerusalém” e uma gravura em alto-relevo da cidade. Após, fomos a um café, onde fumamos *arguileh* e continuamos a conversa, sempre permeada por comentários sobre a vida na Palestina e sobre os problemas de deslocamento (comentando, inclusive, que logo voltariam para Jerusalém, mas que talvez esperassem um pouco mais antes do retorno, posto que o trânsito naquele horário nos *check-points*, durante o Ramadã, é bastante intenso).

A despeito de alegações como as de Donald Trump (atual presidente dos Estados Unidos da América), nas quais diz reconhecer Jerusalém como capital “eterna” do Estado de Israel (em concordância

¹⁵ O Ramadã pode ser “quebrado” em ocasiões específicas, como no caso de mulheres em período menstrual, pessoas com algum tipo de debilidade, períodos de enfermidades, entre outros.

com os discursos de representações políticas sionistas israelenses), para estes interlocutores Jerusalém foi, é, e continuará sendo a capital eterna da Palestina.

Considerações finais

A antropologia da fronteira (ROSALDO, 1988; KEARNEY, 1991) descreve para além da fronteira política, uma fronteira metafórica, compreendida como zona cultural entre “lugares estáveis”, espaço lúdico e liminar (MORALES, 2008). Esta afirmação é condizente com as afirmações aqui presentes, uma vez que as “fronteiras físicas” acabam por se dissolver nas expressões palestinas de territorialidade. De todo modo, é de suma importância ressaltar que, no caso da Palestina, os *checkpoints* não são comumente referidos como “fronteiras”, o que não nos possibilita pensar este contexto em termos de “fluxos transnacionais”, uma vez, também, que uma ideia de nação Palestina se sobrepõe às delimitações cartográficas. No entanto, isso não é afirmar que Israel (em seus múltiplos significados e usos enquanto termo) não exista, já que é justamente a partir da criação do Estado de Israel que categorias palestinas de espaço e identidade passaram a ser construídas e significadas constantemente, em contraponto às imposições de categorias componentes do ideário nacional sionista. O que pretendo, então, não é abrir mão do termo, mas sim pensar questões relacionadas à mobilidade na Palestina a partir de categorias nativas que apontam para um “espaço palestino” muito mais abrangente do que apenas a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

Para Appadurai (2003), o estado-nação moderno, enquanto uma organização compacta e isomórfica de território, ethos e aparato governamental está em crise. Assim, o autor afirma que:

The production of locality, as a dimension of social life, as a structure of feeling, and in its material expression in lived “copresence”, faces two challenges in a postnational order. On the one hand, the produc-

tion of locality challenges the order and orderliness of the nation-state. On the other hand, human motion in the context of the crisis of the nation-state encourages the emergence of translocalities (APPADURAI, 2003, p. 338).

Pensar a Palestina em termos de translocalidade pode ser uma boa alternativa ao binômio rígido “Palestina vs Israel”, em uma abordagem antropológica. Embora importantíssimos trabalhos tenham sido redigidos sobre temas relacionados à im/possibilidade de mobilidade na Palestina, explicitando e por vezes denunciando políticas claramente segregacionistas impostas pelo Estado de Israel, entendo que esta compreensão pode tornar obscuras expressões locais palestinas de territorialidade. Ainda, não apenas estas expressões podem ser colocadas em segundo plano, como também as próprias dinâmicas de trânsito observadas. Em outras palavras, não são apenas as narrativas que importam, mas também (e talvez com mais importância) as práticas cotidianas de mobilidade. Foi justamente a partir da observação do acionamento de estratégias de mobilidade (como as dos alunos de Jerusalém que iam para Ramallah, uma vez que estes não podiam ir para Jerusalém. Ou ainda os músicos de 48 que foram para Ramallah se apresentar no PMX - *Palestine Music Expo* - que pude notar a confluência das expressões verbalizadas de identidade e territorialidade com as práticas cotidianas de mobilidade. Assim, e já finalizando este texto, pode-se observar que a Palestina também se constrói cotidianamente na im/possibilidade de trânsito, uma vez que as delimitações cartográficas rígidas não sobrepõem as experiências cartográficas. Ainda, podem ser justamente estas experiências cartográficas que constroem a Palestina enquanto espaço.

Referências

APPADURAI, A. Sovereignty without Territoriality: Notes for a Post-national Geography. In: LOW, S. M.; LAWRENCE-ZTULIGA, D.

(Org.). **The anthropology of space and place: locating culture**. New Jersey: Blackwell Publishing, 2003.

DAS, V.; POOLE, D. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 27, p. 19-52, 2008.

GENNEP, A. V. **Os ritos de passagem**. Tradução de Matiano Ferreira. 3 ed. Petrópolis, Vozes, 2011.

HARKER, C. Student im/mobility in Birzeit, Palestine. **Mobilities**, Durham, v. 4, n. 1, p. 11-35, 2009.

LEVINE, M. **Heavy Metal Islam: Rock, Resistance, And The Struggle For The Soul Of Islam**. New York: Three Rivers Press, 2008.

MCDONALD, D. A. **My voice is my weapon: music, nationalism, and the poetics of Palestinian resistance**. Durham: Duke University Press, 2013.

MORALES, A. Identidades Sociais e Territórios Intersticiais na Contemporaneidade. **Comunicação**, 26 RBA, 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2030/Anamaria%20Morales.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

OLIVEIRA, R. **Selah al Museka: uma etnografia das práticas e produções musicais palestinas**. 2015. 184 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SCHIOCCHET, L. Extremo Oriente Médio, Admirável Mundo Novo: a construção do Oriente Médio e a Primavera Árabe. **Revista tempo do mundo**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 37-83, ago. 2011.

